

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **100,00 pontos**, dos quais até **5,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

PROVA DISCURSIVA

Os governadores de vários estados brasileiros têm participado, nas últimas décadas, de uma competição para atrair investimentos para as suas fronteiras. Essa competição consiste basicamente em um governo estadual oferecer vantagens para uma empresa escolher instalar a sua fábrica no estado. Esses incentivos podem ser, por exemplo, a redução ou a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) ou a cessão e terraplanagem de um terreno público para a construção de fábrica por um tempo predeterminado. Como os governos disputam fervorosamente o privilégio das empresas de escolher o seu estado, buscando sempre oferecer mais vantagens que outros estados, essa competição é chamada de guerra fiscal.

Eduardo de Carvalho Andrade. **Externalidades**.
In: Ciro Biderman; Paulo Arvate. **Economia do setor público no Brasil**.
Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 25 (com adaptações).

O Governo do Espírito Santo conquistou novamente a Nota A na Capacidade de Pagamento do Estado (CAPAG) em avaliação divulgada em 15/9/2021 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia. Desde 2012, o governo capixaba recebe a nota mais alta no Boletim de Finanças dos Entes Nacionais.

Internet: <www.es.gov.br> (com adaptações).

Assumindo que os fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, e considerando a situação hipotética de que o estado do Espírito Santo tenha concedido isenção do ICMS, por determinado período, para fábricas que viessem a se instalar nesse estado, elabore, na condição de auditor da Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo (SECONT/ES), um relatório de auditoria resultante de uma auditoria de conformidade, a respeito dos efeitos dessa renúncia tributária no âmbito da política fiscal estadual. Em seu relatório, aborde os seguintes aspectos:

- 1 a competência dos estados no que tange ao ICMS e as características desse imposto, de acordo com a legislação brasileira; **[valor: 25,00 pontos]**
 - 2 as avaliações e os procedimentos que deveriam ter sido adotados pelo estado do Espírito Santo para conceder o referido benefício fiscal; **[valor: 50,00 pontos]**
 - 3 conclusão da auditoria, em consonância com os termos e as análises apresentados na abordagem dos aspectos anteriores. **[valor: 20,00 pontos]**
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	